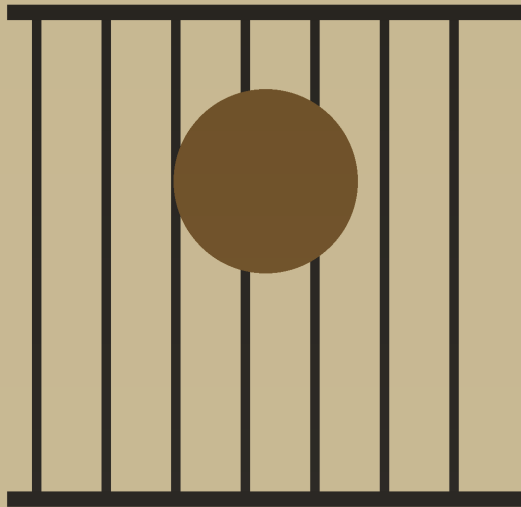


A DESOBEDIÊNCIA CIVIL



HENRY DAVID THOREAU

Tradução/adaptação Literunico



A Desobediência Civil

Henry David Thoreau

Tradução/adaptação Literunico

Governo, consciência e maioria

Aceito de bom grado o lema segundo o qual o melhor governo é aquele que menos governa. Gostaria apenas de vê-lo posto em prática de modo mais rápido e consequente. Levado até o fim, ele se transforma numa afirmação ainda mais exigente: o melhor governo é aquele que não governa; e, quando os homens estiverem preparados para isso, tal será o governo que terão. Na melhor das hipóteses, o governo é uma conveniência. Na maior parte do tempo, porém, mostra-se também um inconveniente, e às vezes um instrumento de injustiça.

As objeções feitas a um exército permanente podem ser feitas, em último grau, a um governo permanente. O exército é apenas um braço desse governo; e o governo, sendo o meio pelo qual o povo pretende executar sua vontade, pode ser desviado antes mesmo que o povo consiga agir por meio dele. A guerra contra o México, empreendida por poucos e levada adiante por uma máquina pública, mostra como uma instituição criada para servir à vontade comum pode ser usada contra a consciência comum.

O governo americano, considerado em si, é uma tradição recente que tenta transmitir-se intacta à posteridade, embora perca algo de sua integridade a cada instante. Ele não possui a força de um único homem vivo, pois um único homem pode dobrá-lo à própria vontade. O que

mantém livre o país não é o governo, mas o caráter do povo. O governo não educa, não coloniza, não cria a energia moral da sociedade; quando muito, retira-se do caminho para que os homens façam o que poderiam fazer melhor sem sua interferência.

Falo, contudo, como cidadão prático, e não como alguém que deseje abolir todo governo imediatamente. Peço, antes de tudo, um governo melhor agora. Que cada homem declare que espécie de governo merece seu respeito: este já seria um passo para obtê-lo. O poder da maioria não prova que a maioria esteja certa; prova apenas que ela é a força maior. Um governo em que a maioria decide todas as questões não pode fundar-se plenamente na justiça, pois há matérias em que a conveniência não basta e a consciência deve falar primeiro.

Deve o cidadão entregar sua consciência ao legislador, ainda que por um instante? Para que possui então uma consciência? Penso que devemos ser homens antes de sermos súditos. Não é desejável cultivar respeito pela lei acima do respeito pelo que é justo. O único compromisso que tenho o direito de assumir é fazer, em qualquer momento, aquilo que reconheço como correto.

A lei jamais tornou os homens mais justos; muitas vezes, pelo contrário, transforma pessoas bem-intencionadas em agentes da injustiça. Vemos soldados marcharem, com admirável ordem, contra sua vontade íntima e contra seu melhor juízo, para guerras que seu coração condena. Servem ao Estado com o corpo, não como homens, mas como máquinas. Outros servem com a cabeça: políticos, advogados, funcionários, ministros. Poucos servem com a consciência; e esses, justamente por resistirem ao Estado quando necessário, são tratados como inimigos.

Quando a máquina produz injustiça

Como deve um homem portar-se diante do governo americano de hoje? Respondo que não pode, sem desonra, associar-se a ele quando esse governo sustenta a escravidão e a guerra injusta. Não posso reconhecer como meu, nem por um instante, uma organização política que se faz governo de escravos.

Todos admitem, em teoria, o direito de revolução: o direito de negar obediência e resistir a um governo quando sua tirania ou sua ineficiência se tornam intoleráveis. Quase todos, porém, apressam-se a dizer que esse caso nunca é o presente. Admitiram-no para 1775, mas recusam-se a vê-lo em sua própria hora. Quando a injustiça se organiza, quando a opressão deixa de ser acidente e passa a ser a própria engrenagem, já não basta lamentar o atrito da máquina: é preciso parar a máquina.

Se uma sexta parte de uma nação que se declara refúgio da liberdade vive escravizada, e se um país inteiro é invadido e submetido por um exército estrangeiro, não considero cedo demais que homens honestos se rebelem. A urgência aumenta porque não é nosso país que sofre a invasão, mas nosso exército que a pratica. A questão não é apenas se a resistência será conveniente, mas se continuar obedecendo não nos tornará cúmplices.

Há quem reduza a obediência civil ao cálculo de vantagens e perigos. Mas há casos em que a regra da conveniência não se aplica. Se tomei injustamente a prancha de um homem que se afoga, devo devolvê-la ainda que eu próprio me afogue. Uma nação deve deixar de possuir escravos e de fazer guerra injusta, mesmo que isso lhe custe muito de sua existência política.

Os maiores adversários da reforma não estão longe. Não são apenas os políticos do Sul, mas os comerciantes e fazendeiros de Massachusetts que preferem comércio e propriedade à humanidade.

Milhares declaram-se contrários à escravidão e à guerra, mas nada fazem para terminá-las. Sentam-se com as mãos nos bolsos, leem as notícias do México e as cotações do mercado, e esperam que outros curem o mal para que possam deixar de lamentá-lo.

Votar pelo certo não é fazer o certo. O voto é uma expressão fraca do desejo de que a justiça prevaleça; deixa-a, porém, ao acaso das maiorias. O homem sábio não entrega a justiça à sorte, nem deseja que ela triunfe apenas porque a maioria se tornou bastante grande para escolhê-la. Há pouca virtude na ação das massas quando cada indivíduo espera que outro assuma o custo da verdade.

O dever de retirar apoio

Não é dever inevitável de todo homem dedicar-se a extinguir todas as injustiças, por maiores que sejam. Cada um pode ter outras tarefas legítimas. Mas é dever de todo homem, ao menos, lavar as mãos da injustiça e não lhe oferecer apoio prático. Se me dedico a estudos, trabalho ou contemplações, devo garantir primeiro que não estou sentado sobre os ombros de outro homem.

A inconsistência tolerada é imensa. Muitos dizem que jamais marchariam para esmagar uma revolta de escravos ou para combater no México; contudo, por meio de sua lealdade e de seus impostos, fornecem substitutos para fazer exatamente isso. Aplaudem o soldado que se recusa a servir numa guerra injusta, mas continuam sustentando o governo que conduz essa guerra.

Aqueles que desaprovam o caráter e as medidas do governo, mas lhe entregam lealdade e dinheiro, são frequentemente seus apoiadores mais conscientes e os obstáculos mais sérios à reforma. Alguns pedem que o Estado desfaça sua união com a injustiça; por que não desfazem eles mesmos sua união com o Estado? Por que não se recusam a pagar sua parte ao tesouro que financia a violência?

Como pode um homem contentar-se em possuir uma opinião e divertir-se com ela? Se um vizinho nos rouba um único dólar, não descansamos satisfeitos em saber que fomos roubados; agimos para reaver o valor e impedir novo roubo. Agir por princípio altera as relações. É essencialmente revolucionário, pois separa o divino do diabólico dentro do próprio indivíduo.

Leis injustas existem. Devemos obedecer-lhes enquanto tentamos corrigi-las? Devemos esperar até persuadir a maioria? Muitos temem que a resistência seja remédio pior que a doença. Mas é o governo que torna o remédio pior, ao punir a consciência e proteger a injustiça. Se a injustiça é apenas atrito comum da máquina, talvez ela se desgaste. Mas

se tem sua própria mola, sua polia, sua engrenagem, e se exige que eu seja agente de injustiça para outro, então digo: desobedeça à lei.

Faça de sua vida um contra-atrito que pare a máquina. O que devo assegurar, custe o que custar, é que não me prestarei ao mal que condeno. Os meios fornecidos pelo Estado para remediar o mal costumam demorar mais que a vida de um homem. Vim ao mundo não para torná-lo, antes de tudo, um bom lugar para viver, mas para viver nele; e, porque não posso fazer tudo, não devo por isso fazer algo errado.

Prisão, imposto e liberdade

Sob um governo que prende injustamente, o verdadeiro lugar do homem justo também é a prisão. Ali devem encontrar-se o escravo fugitivo, o prisioneiro mexicano em liberdade condicional, o indígena que denuncia as injustiças contra sua raça e todos os espíritos mais livres que o Estado separa de si porque já se separaram dele em princípio. A prisão pode tornar-se, paradoxalmente, a única casa honrada num Estado que serve à escravidão.

Se alguém imagina que sua influência se perderá atrás dos muros, desconhece a força da verdade vivida. Uma minoria é impotente quando se conforma à maioria; mas torna-se irresistível quando obstrui com todo o peso de sua consciência. Se mil homens deixassem de pagar impostos neste ano, isso não seria medida tão violenta quanto pagá-los para permitir que o Estado pratique violência e derrame sangue inocente. Essa seria a definição de uma revolução pacífica, se tal coisa é possível.

Quando o cobrador de impostos pergunta o que deve fazer, a resposta é simples: se deseja realmente fazer algo justo, renuncie ao cargo. Quando o cidadão recusa a lealdade e o funcionário renuncia ao posto, a revolução está completa. Há sangue derramado quando se fere a consciência? Por essa ferida escorre a humanidade verdadeira de um homem. Vejo esse sangue correr agora.

Pensei que o Estado preferisse prender o ofensor a confiscar seus bens; mas ambos visam ao mesmo fim. Aqueles que professam o direito mais puro costumam ter pouca propriedade, e por isso são mais perigosos para o Estado: pouco podem perder, e muito podem testemunhar. O homem rico, sem inveja o digo, está sempre vendido à instituição que o torna rico. Quanto mais dinheiro, menos espaço sobra para certas virtudes, pois o dinheiro se interpõe entre o homem e seus objetivos e compra para ele respostas que deveria dar por si mesmo.

Quando converso com vizinhos livres em aparência, percebo que temem abandonar a proteção do governo. Temem as consequências para propriedade e família. Eu também reconheço que é duro viver honestamente e com conforto exterior quando o Estado pode tomar tudo de quem lhe nega autoridade. Mas se a propriedade que acumulo pode ser confiscada por eu agir com justiça, talvez não valha a pena gastar a vida acumulando-a.

Fui preso uma noite por não pagar imposto. Enquanto estava ali, compreendi melhor a natureza do Estado. Ele era tímido como uma mulher só, cercada de pratarias; não sabia distinguir amigos de inimigos e tratava como corpo aquilo que era consciência. Via apenas minha carne, não minha vontade. O Estado nunca confronta deliberadamente o espírito de um homem; confronta apenas seu corpo, seus bens, sua liberdade exterior. Por isso, sua força é limitada.

O Estado e a dignidade do indivíduo

O Estado não consegue encontrar o homem livre no plano em que ele vive. Pode prendê-lo, pode tomar-lhe os bens, pode ameaçá-lo; mas não pode compelir sua consciência, a menos que ele próprio a entregue. Por isso, quando o Estado se põe acima da justiça, o indivíduo deve recordar que sua obediência não é virtude se o transforma em instrumento de opressão.

Não desejo brigar com homem ou nação alguma. Não procuro dividir cabelos nem me imaginar melhor que meus vizinhos. Procuro apenas recusar minha cooperação àquilo que reconheço como injusto. Quero ser, antes de tudo, um bom vizinho e um bom homem; e, se for preciso escolher entre ser um bom súdito e ser um homem justo, a escolha já está feita.

Há quem diga que o cidadão deve sacrificar sua consciência à ordem pública. Mas a verdadeira ordem não nasce da submissão cega; nasce da retidão. Um Estado que exige a consciência de seus cidadãos em troca de proteção exterior empobrece a si mesmo. Um governo livre só é possível quando reconhece no indivíduo uma força mais alta que a maioria e anterior à lei escrita.

Não peço que não haja governo algum de um dia para o outro. Peço um governo que reconheça seus limites; que governe menos porque os homens são mais capazes de governar a si mesmos; que trate o indivíduo não como propriedade do Estado, mas como fonte de autoridade moral. Nunca haverá um Estado realmente livre e esclarecido enquanto ele não reconhecer o indivíduo como poder superior e independente, do qual deriva todo seu próprio poder.

Imagino um Estado que possa permitir a alguns viverem à parte dele, sem hostilidade, sem confisco, sem prisão, desde que cumpram deveres de humanidade e vizinhança. Um Estado assim prepararia o caminho para formas mais perfeitas de comunidade. A democracia, tal como a

conhecemos, talvez não seja a última possibilidade política. Pode haver um governo em que a consciência tenha mais lugar que o número, e em que a liberdade de cada pessoa seja tratada como condição da liberdade de todos.

A obediência civil só merece esse nome quando se subordina à justiça. Fora disso, torna-se hábito, medo ou conveniência. A desobediência civil, quando nasce da consciência e se recusa a sustentar a injustiça, não é desordem: é fidelidade a uma lei mais profunda que a lei do Estado. É o gesto pelo qual um homem deixa de ser peça da máquina e volta a ser responsável por si mesmo.